



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 81ª Reunião Extraordinária – Ano 2020
22 de julho de 2020

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2020 (dois mil e vinte), às 8 (oito) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES reuniu-se, on-line pela plataforma digital web.conf.prodest.es.gov.br/ces, para a 81ª (octogésima primeira) Reunião Extraordinária no período de 8 às 12 horas, sob a Presidência do Conselheiro Luiz Carlos Reblin e do Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos (as) conselheiros (as): Nésio Fernandes de Medeiros Junior (SESA), José Tadeu Marino (SESA), Vera Lúcia Peruch (SESA), Luiz Carlos Reblin (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Bartolomeu Martins Lima (Ministério da Saúde), Marília Coser Mansour (Ministério da Saúde), Karina Daleprani Espíndula (COSEMS/ES), Maurício Aquino Paganotti (SIMES), Maria Maruza Carlesso (SINFES), Willian Fontes (SINDPSI-ES), Tatiana Peixoto Carvalho Tibúrcio (SINDIENFERMEIROS), Eliana Baptista (SINODONTO/ES), Rita de Cássia Olímpio Martins (SINDSAÚDE/ES), Geiza Pinheiro Quaresma (SINDSAÚDE), Luiz Tupinambá Bittencourt da Silva (SINDIPÚBLICOS), Elci Lobão Medeiro (CUT), Aguiberto Oliveira de Lima (CUT), Milene da Silva Weck (SINDIUPES), Rute Cristina de Queiroz Costa (SINDIUPES), Paulo da Silva Teixeira (ASSOPAES), Silvío Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Mansour Cadaís Filho (SINDINAPI/ES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE-ES), Ida Cecília Baiôco (MOSAVE), Gilson Mesquita de Faria (GRUPAES), Wilton Alvarenga Drumond (GRUPAES), Humberto Mileip Duarte Machado (SINDPOL), Sidney Parreiras de Oliveira (Força Sindical), Elizabeth Regina Lopes (Mitra), Sheila Mara Rodrigues Godinho (MITRA), Lígia Pereira Andreati (FEAPAE). **Justificaram a ausência:** Paulo Roberto Alves Guimarães (SESA), Anselmo Dantas (SINODONTO). O secretário executivo, Alexandre de Oliveira Fraga, fez a verificação de quórum regimental e o presidente Luiz Carlos Reblin iniciou a sessão. Silvío Nascimento Ferreira questionou quanto a gravação da reunião e quando teriam acesso à mesma. Alexandre de Oliveira Fraga esclareceu que todas as reuniões do Conselho Estadual de Saúde (CES) são gravadas e que os áudios das mesmas estão na Secretaria Executiva do CES à disposição. Luís Tupinambá Bittencourt da Silva solicitou que o anfitrião da reunião autorizasse o recurso de gravação disponível na ferramenta para possibilitar que todos pudessem gravar a reunião. Gilson Mesquita de Faria questionou se foi providenciado a possibilidade de acesso do público em geral às reuniões on-line do CES. Luiz Carlos Reblin solicitou que esse tipo de debate fosse realizado no final da reunião, posteriormente ao cumprimento da pauta. Silvío Nascimento Ferreira registrou que por causa de seu trabalho não poderá permanecer até o final da reunião. **Ponto 1. Avaliação das Ações de Combate ao COVID-19 no ES.**

1.1 Reorganização da Política de Saúde e redefinição do Perfil de Atendimento dos Hospitais Estaduais. O Secretário de Estado da Saúde, Nésio Fernandes de Medeiros Junior, informou que a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) desde o primeiro ano de governo estava com uma estratégia de ampliação e reorganização do sistema de saúde do estado, mas com a pandemia essa estratégia foi antecipada. Disse que em janeiro de 2020, antes do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, a SESA realizou a primeira reunião de planejamento para enfrentar a pandemia e destacou ações importantes que evitaram o colapso do sistema de saúde no Espírito Santo: reposicionamento da Vigilância em Saúde e de hospitais, reorganização do sistema de regulação e ampliação dos leitos hospitalares. Destacou a melhoria da eficiência do sistema de regulação estadual, que conseguiu diminuir o tempo de espera de transferências e reestruturar a regulação regionalizada para que uma região pudesse complementar a outra. Destacou ainda que o sistema de regulação teve grau de desempenho melhor nesse momento de pandemia que anteriormente e que garantiu o acesso ao leito hospitalar para aquele paciente que necessitava. Informou sobre a ampliação dos leitos hospitalares, que na sua grande maioria aconteceu nos hospitais próprios, destacando que o estado duplicou em 120 dias a quantidade de leitos criada em 30 anos, podendo chegar até o final da pandemia com mais de 1000 leitos hospitalares. Disse que a estratégia do governo foi valorizar o SUS e o que deixará um legado de pós-pandemia de um sistema de saúde mais estruturado. Explicou que desde o começo do governo a SESA tem pautado na valorização da Atenção Primária em Saúde, para que esta seja mais resolutiva, ampla e com uma grande cobertura que possa garantir a integralidade na atenção ao cuidado, uma experiência, segundo o mesmo, que ainda não teve no estado. Informou que até ano passado a cobertura da Estratégia de Saúde da Família no estado era a quarta pior



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

do Brasil, com uma alta rotatividade de profissionais, com baixa resolutividade e com uma forte dependência do Programa Mais Médicos. Destacou que no ano de 2019 teve a criação do ICEPi que proporcionou uma formação de profissionais na Saúde Primária e que houve o incentivo da SESA para a expansão de equipes de saúde da família, isso que culminou, segundo o Secretário, em abril de 2020, no início da pandemia, com uma ampliação de mais de 150 novas equipes de saúde da família no estado. Esclareceu que essa ampliação possibilitou aos municípios se reposicionarem e garantirem uma melhor resposta quanto a pandemia. Explicou que os municípios com baixa cobertura de Saúde da Família tiveram pior desempenho no combate a pandemia. Esclareceu sobre a suspensão das cirurgias eletivas, que aconteceu para diminuir o risco de transmissão de COVID-19, inclusive, segundo o mesmo, essa é uma orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e de diversas Sociedades de Medicina. Mas explicou que as cirurgias de urgência e emergência foram mantidas, pacientes com cirurgias cardíacas, oncológicas e outras foram mantidas. Destacou que no estado a pandemia teve uma expansão territorial diferente quanto ao tempo, posto que no interior do estado a pandemia demorou a se expandir em relação a Grande Vitória, e quando na Grande Vitória começou a diminuir sua incidência, no interior começou a aumentar. Disse que o governo deixará um legado de enfrentamento a pandemia que contará com um sistema público de saúde mais organizado, estruturado, coeso, com uma grande expansão e mais fortalecido. Destacou o diálogo do governo com os diversos setores da sociedade. Esclareceu que o estado sempre baseou-se em evidências científicas e nas recomendações da OMS para criar ações de enfrentamento da pandemia, como por exemplo, não recomendou o uso de medicamentos sem comprovação científica, não usando a população como cobaia para experimentos, mas ao mesmo tempo respeitou a autonomia dos municípios que desejaram utilizar esses medicamentos, desde que apresentasse o protocolo para seu uso. Destacou sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo paciente para o uso de determinados medicamentos, que este termo fica prejudicado quando a população está contaminada por informações falsas, por um uso milagroso de um medicamento sem comprovação científica. Disse que no momento o desafio é a retomada dos atendimentos suspensos, que a SESA está trabalhando para a retomada progressiva desses atendimentos para agosto, mas se houver condições. Destacou que a SESA está preparando um novo modelo para o sistema de saúde do Espírito Santo um novo modelo de regulação, de assistência, de comunicação e com o emprego de maior tecnologia, disse que em no mês de agosto pretendem apresentar esse novo modelo. Por fim, destacou a importância do controle social em estabelecer um grau de pertencimento às conquistas do sistema público de saúde nesses últimos meses, disse ser importante que essas conquistas se consolidem de fato para que não sejam perdidas no futuro, visto que nos últimos anos tem-se visto uma perda dos direitos sociais no país. José Tadeu Marino, Subsecretário de Estado de Planejamento e Transparência da Saúde, complementou a fala do Secretário destacando a rapidez da programação e do planejamento realizado pela SESA para o combate a pandemia e a importante parceria com os hospitais privados e filantrópicos. Destacou ainda a ampliação dos leitos hospitalares públicos, que permanecerão para serem utilizados após a pandemia. Esclareceu que apesar das críticas recebidas pela não construção de hospitais de campanha, o governo realizou a estratégia correta, tanto que, segundo o mesmo, não foi visto no estado pessoas morrendo a espera de leitos de UTI. Por fim, destacou a importância de se manter o diálogo com as instituições como hospitais filantrópicos, com o hospital federal e principalmente com o controle social, para discutir as ações da pós pandemia, como a modernização dos hospitais por exemplo. Luiz Carlos Reblin, Subsecretário de Estado da Vigilância em Saúde, destacou o papel fundamental do Conselho Estadual de Saúde nesse momento de pandemia, apesar das dificuldades do CES na continuidade das atividades. Destacou o uso do espaço do Conselho para abrigar o Comitê de Operações Estratégicas (COE), que foi muito simbólico, visto o importante trabalho exercido pelo Comitê para contribuir com a sociedade. Informou ainda que no COE se criam as normas e as tratativas para o combate a pandemia e que há um grupo de trabalho muito jovem e que está amadurecendo e que será o futuro da Vigilância em Saúde do estado. Explicou que no momento há um declínio de casos de COVID-19 na Região Metropolitana e um aumento de casos no interior do estado, mas que o estado está chegando a um patamar de equilíbrio, porém explicou que não é o momento de relaxamento das medidas de distanciamento social. Disse sobre o destaque do Espírito Santo com relação aos outros estados no atendimento às pessoas que foram a óbito, que um número pequeno de pessoas que foram a óbito não tiveram acesso a atendimento. Destacou que um dos desafios no momento é a retomada das aulas, que



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

está sendo tratada com muito cuidado e sem previsão de volta. E por fim, disse que a “normalidade” somente voltará com a vacina contra o COVID-19. **1.2 Cumprimento da Portaria SESA 038-R e retomada das consultas, exames e procedimentos suspensos.** Gleikson Barbosa do Santos, Subsecretário de Regulação, Controle e Avaliação em Saúde, destacou que no exercício de 2019 a SESA concluiu o trabalho das grades de emergência pré-hospitalar e hospitalar para cobrir os vazios assistenciais existentes no Espírito Santo, mas no final de 2019 surgiu o coronavírus e a rede teve que ser reorganizada, mudou-se o perfil de hospitais e ampliou-se os leitos de UTI e enfermagem; que o estado tem o segundo maior hospital de COVID-19 do Brasil, o Hospital Jaime dos Santos Neves, e que muitos dos leitos hospitalares criados para atender a demanda da pandemia, serão permanentes e continuarão a serem utilizados mesmo depois que a pandemia acabar. Gleikson disse que todas as ações de combate a pandemia foram realizadas com muito cuidado e transparência; que os atendimentos eletivos suspensos levaram em consideração as recomendações da OMS e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); que atendimentos essenciais não foram suspensos como os serviços de ostomizados, de doenças raras, de glaucoma, oncologia, oxigenoterapia entre outros. Por fim, destacou dois projetos da SESA que estão em implementação: a de expansão do SAMU para todo o território capixaba e da regulação formativa territorial. Quelen Tanize Alves da Silva, Subsecretária de Ações de Saúde, complementou a fala de Gleikson informando que há um plano de retomada gradual dos atendimentos suspensos, que levará em conta os indicadores de estabilidade da pandemia e as orientações da ANVISA. **1.3 Protocolo de medicamentos usados no tratamento de COVID-19 e a crise de abastecimento.** Gabrieli Fernandes Freitas, Gerente de Assistência Farmacêutica, informou que inicialmente foi publicada uma Nota Técnica com recomendações para o tratamento farmacológico de pacientes com COVID-19 e posteriormente essa Nota Técnica foi aperfeiçoada e nova publicação foi realizada. Destacou que as recomendações do uso de medicamentos levam em consideração a evidência científica. Falou sobre algumas ações que estão sendo realizadas pela Gerência para manter o abastecimento de medicamentos na rede hospitalar como: acompanhamento diário da rede (estoques e consumo) e quando possível remanejamento; compras emergenciais de pequenos quantitativos em cada hospital; compra emergencial centralizada a partir da Central de Compras da SESA; articulação com CONASS e CONASEMS para que o Ministério da Saúde faça compra centralizada de alguns medicamentos entre outras; informou, ainda sobre o documento enviado aos municípios do estado com orientações sobre a distribuição pela SESA de cloroquina aos mesmos. Segundo a mesma a SESA não recomenda o uso desse medicamento para tratamento de casos leves e moderados de COVID-19, porém o município tem autonomia para recomendar seu uso e solicitar a SESA o medicamento, desde que elabore protocolo para seu uso de acordo com o documento encaminhado aos municípios pela SESA. Luiz Carlos Reblin agradeceu aos que realizaram as apresentações e abriu a reunião para o debate. Gilson Mesquita de Faria disse que o Conselho não foi consultado quando a SESA mudou o perfil dos hospitais e que essa decisão causou vários problemas para a cidade de Serra, visto que dois hospitais localizados no município que eram porta aberta transformaram-se em porta fechada; sugeriu que a SESA realize mutirão para acabar com as filas de cirurgia; por fim, solicitou ao Secretário de Estado da Saúde resposta com relação ao ofício da entidade Grupo de Portadores de Doenças Reumáticas do Espírito Santo (GRUPAES) sobre a dificuldade de acesso à especialidade de reumatologia, sobre a dificuldade de acesso à cloroquina nas Farmácias Cidadãs e sobre a possibilidade de entrega à domicílio de alguns remédios ofertados pela mesma. Aguiberto Oliveira de Lima inicialmente parabenizou e agradeceu os trabalhadores de saúde, inclusive os que estão na gestão pelo trabalho realizado nesse momento de pandemia e destacou que a SESA tem realizado um importante diálogo com a sociedade, o que segundo ele, outras secretarias, especialmente a da educação, não estão fazendo. Solicitou esclarecimentos sobre o ofício produzido pela SESA com relação a hidroxicloroquina e cloroquina, em que diz que o médico está respaldado sobre a decisão do uso do medicamento e o isenta das consequências de sua prescrição. Disse que entende que o médico tem que ser responsabilizado pela prescrição do medicamento. Denice Silva Gonçalves parabenizou a equipe da SESA pela apresentação e solicitou esclarecimentos sobre a fala do Secretário de Saúde que disse que houve quebra e não conformidade com relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; solicitou ainda esclarecimentos com relação a possibilidade de reabertura de bares. Nésio Fernandes de Medeiros Junior disse que as contribuições de Gilson Mesquita serão consideradas e que a SESA está preparando um programa de medicamento em casa com as consultas farmacêuticas através da telemedicina e que o programa ainda não foi apresentado porque está



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

em construção. Sobre o questionamento de Aguiberto Oliveira, disse que a prescrição do medicamento está de acordo com o Código de Ética Médico, mas que não isenta-o de responsabilidade civil e criminal quanto a essa prescrição, desta forma, disse que o médico tem responsabilidade das complicações caudadas pela sua conduta em prescrever um medicamento que não tem comprovação científica. Sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicou que quando há uma ampla divulgação de tratamento médico não comprovado cientificamente, mas mesmo assim pessoas falam que confiam, médicos e autoridades fazem propaganda, em que há muitas notícias falsas sobre o assunto, muitos passam a seguir essas orientações, desses líderes, formadores de opinião, assim, quando um paciente assina o termo sobre esse tratamento médico, esse termo fica prejudicado, porque o paciente está influenciado por informações maciças e que não são verdadeiras. Luiz Carlos Reblin esclareceu sobre a reabertura de bares, disse que no momento o governo está trabalhando para a reabertura de atividades que reúnem o menor número de pessoas e onde há possibilidade de controlar a aglomeração, que no momento não há precisão para reabertura de bares, porque é mais difícil nesses estabelecimentos controlar a aglomeração e no momento não há segurança técnico científica para discutir protocolo de funcionamento desse tipo de atividade. Wilton Alvarenga disse que mesmo a hidroxicloroquina que está liberada para o tratamento de lúpus e dermatose desde 2013, há uma dificuldade na aquisição por parte dos usuários, porque está em falta tanto na Farmácia Cidadã quanto nas farmácias particulares. Solicitou esclarecimentos se a SESA oferece fisioterapia pulmonar para pacientes que tiveram COVID-19, porque, segundo o conselheiro, muitas pessoas que tiveram a doença ficaram com sequelas respiratórias; e por fim, disse que a aérea de reumatologia tem atendimentos muito limitados e poucos pacientes tem acesso a essa especialidade. Mansour Cadais Filho parabenizou a equipe da SESA e o servidor do Ministério da Saúde, Bartolomeu Martins Lima, pelo empenho nesse momento de pandemia e solicitou explicação de como a SESA está trabalhando para evitar a troca de corpos, segundo o mesmo, houve corpos de pacientes que foram encaminhados para municípios diferentes do solicitado pelas famílias. Tatiana Peixoto parabenizou a equipe de saúde pelo planejamento da política de saúde nesse momento e solicitou que quando a SESA redefinir o perfil dos hospitais que apresente ao CES, questionou se 100% dos atendimentos eletivos voltarão no segundo semestre e quais hospitais atenderão a partir do novo perfil hospitalar. Willian Fontes parabenizou a gestão da SESA e os trabalhadores da saúde pelo trabalho e relatou sobre a perseguição política de alguns deputados do estado ao Secretário de Saúde e aos trabalhadores da saúde e disse como foi constrangedor ver deputados invadirem hospitais para fins eleitoreiros. Disse ter críticas à gestão, principalmente com relação as questões dos trabalhadores. Questionou se o novo modelo de atenção à saúde contemplará a educação popular com o protagonismo do Conselho e ainda se há projeto para expansão das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) para o interior do estado. Por fim, fez críticas às emendas parlamentares encaminhadas por parlamentares federais e estaduais do ES para os hospitais do interior, segundo o conselheiro, boa parte dos recursos não são aplicados de forma satisfatória e são encaminhados por parlamentares que muitas vezes apoiam projetos que beneficiam seguradoras de plano de saúde e prejudicam o SUS. Rute Cristina de Queiroz Costa solicitou informações sobre a atual taxa de transmissão de COVID-19 no estado. Gabrieli Fernandes Freitas informou que a hidroxicloroquina é autorizada para tratamento de lúpus e dermatose há algum tempo e que desde 2013 foi incorporado ao SUS para ser ofertado pela rede pública e no início de março, prevendo que o medicamento poderia faltar no mercado devido à pandemia, a Gerência Farmacêutica da SESA realizou uma compra um pouco maior que a usual para não faltar o medicamento nas Farmácias Cidadãs, dessa forma, disse que o Espírito Santo é um dos únicos estados que conseguiu manter a oferta regular desse medicamento no SUS para lúpus e dermatose. Se algum paciente ficou sem o medicamento é um caso isolado e individual e solicitou ao conselheiro Wilton Alvarenga que solicite ao paciente que entre em contato com a mesma para analisar a situação. Alessandra, servidora da SESA, informou que a SESA está fazendo um planejamento para a retomada até o final do segundo semestre dos atendimentos eletivos que foram suspensos, mas o retorno dependerá da forma como a pandemia se comportar, caso houver um aumento nos casos ou um nova onda, disse que o planejamento será reavaliado. Sobre a troca de corpos, Luiz Carlos Reblin disse que houve dois casos há algum tempo e que o Secretário de Saúde solicitou a apuração dos casos para investigar se houve alguma negligência. Explicou que existe uma normativa da ANVISA sobre manejo de corpos que a SESA segue e que a Secretaria publicou portaria sobre o assunto. Disse que o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) teve a estrutura reformada e que



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

nesse momento de pandemia os procedimentos tanto do SVO quanto o Instituto Médico Legal (IML) estão sob o regramento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que deliberou qual o procedimento que esses dois órgãos devem adotar durante o período da pandemia. Com relação a taxa de transmissão de COVID-19, Luiz Carlos Reblin informou que atualmente a taxa na Grande Vitória está em 0,7 e no interior em estado está em 1,1. Destacou que o estado está se aproximando de uma estabilidade, mas que o interior tem um atraso no contágio de mais ou menos três semanas com relação à Grande Vitória. Destacou ainda que a taxa de transmissão depende do comportamento da população, caso a população não respeite o isolamento, não use máscara, não higienize as mãos, a transmissão de pode voltar a aumentar. Sobre o questionamento da educação popular, Luiz Carlos Reblin disse que estão discutindo com outras áreas um processo de vinculação de aéreas da saúde, especialmente das equipe de saúde primária, para estabelecer um diálogo com a população e destacou a importância fundamental do papel do Conselho nesse processo de levar informações de qualidade de vida para toda a população. Luiz Carlos Reblin solicitou que Alessandra, servidora da SESA, se pronunciasse com relação as UPA, mas ela não estava na sala. Willian Fontes solicitou que assim que a mesma retornasse respondesse sua questão sobre as UPA. Milene da Silva Weck disse que tinha alguns questionamentos, mas que seriam realizados quando a gestão estivesse presente. Disse ainda que outros órgãos do governo deveriam dialogar como a SESA está fazendo. Luís Tupinambá Bittencourt da Silva destacou que os governos estão levando a privatização da gestão na saúde pública no estado, que há um aumento das contratualizações de serviços, da terceirização dos hospitais e a montagem de um modelo empresarial na saúde pública; sobre a precarização do trabalho na saúde e a falta de informações sobre o que estão sofrendo os trabalhadores que estão na ponta; questionou sobre como a Rede Cuidar está atendendo a população, já que foi investido uma grande quantidade de recursos e de propaganda no serviço. Disse ainda que há uma concentração de serviços de saúde na Grande Vitória, não somente nesse momento de pandemia, e isso, segundo o mesmo, não está sendo desfeito, não há uma descentralização dos serviços para o interior. Por fim, destacou que o que a Gestão apresenta com relação à política de saúde não é a realidade vivida pela população e pelos trabalhadores da área. Maria Maruza Carlesso disse que elaborou uma lista de medicamentos que estão em falta no estado e que muitos desses medicamentos são utilizados em hospitais públicos e privados, especialmente no setor de UTI para intubação de pacientes. Disse que participou de uma reunião on-line da Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde(CIVS), da qual é membro, juntamente com a Comissão Intersetorial de Ciência Tecnologia e Assistência Farmacêutica (CICTAF) ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) em que foi relatado a falta de medicamentos em todo os país; que o representante da indústria farmacêutica relatou o desabastecimento de medicamentos nesse momento por falta de matéria prima para a fabricação dos mesmos e que isso pode durar por muito tempo ainda. Por fim, pontuou a questão dos trabalhadores da saúde, principalmente aqueles que estão nos hospitais onde o governo realizou contratos e convênios para atender os pacientes com COVID-19, que alguns gestores desses hospitais não estão respeitando os trabalhadores como o esperado. Elizabeth Regina Lopes parabenizou aos trabalhadores da saúde e a Gestão sobre o serviço prestado e questionou sobre o número elevado de mortes por COVID-19 no estado e qual foi a falha que resultou nesse número tão elevado. A conselheira fez críticas ao município de Cariacica pela precarização dos serviços de saúde, principalmente da atenção primária; segundo ela, aparentemente, a precarização intensificou-se na pandemia. Questionou como a gestão estadual juntamente com o CES podem pensar formas para melhorar a gestão da saúde nos municípios, especialmente da atenção primária, para melhorar a estrutura física, aumentar o RH, melhorar o acesso às consultas, aos medicamentos e exames. Questionou sobre a possibilidade de melhorar e ampliar o serviço de atendimento de saúde mental, principalmente com a pandemia, pois, houve um aumento, segundo ela, da necessidade desse tipo de atendimento. Disse por fim, que é importante a permanência do Secretário de Saúde e os Subsecretários até o final das reuniões do CES para responderam os questionamentos. Gilson Mesquita disse que espera que os mais de 1000 leitos hospitalares abertos durante a pandemia permanecem posteriormente para atender as outras demandas da saúde. Questionou sobre a transferência do setor de maternidade do Hospital Jaime dos Santos Neves para o novo Hospital Infantil da Serra e sobre a possibilidade de fechamento do Hospital Infantil da Praia do Canto, solicitou informações sobre para onde iriam os servidores do hospital, já que a maternidade da Serra será administrada pela AEBS; e ainda sobre o Hospital Geral de Linhares que não foi debatido no CES a sua incorporação ao estado. João Carlos dos Santos Barata, conselheiro gestor do Hospital Estadual



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

de Urgência e Emergência (HEUE), parabenizou aos Gestores e aos conselheiros estaduais sobre a discussão e disse ser importante a defesa da SESA com relação ao isolamento social; disse, ainda que encaminhou à SESA e à diretoria do hospital um ofício solicitando que todos os trabalhadores do HEUE recebam a insalubridade, visto que o hospital mesmo sendo referência de trauma recebe pacientes com suspeita de COVID-19; e que encaminhará a SESA e ao CES relatório com irregularidades verificadas no hospital. Luiz Carlos Reblin fez uma síntese das questões apresentadas pelos conselheiros para o Secretário esclarecer: sobre a gestão dos hospitais, que há uma ampliação da gestão privada, o que causa uma precarização do trabalho dos servidores; sobre os recursos repassados, principalmente para hospitais do interior, que não se traduzem em serviços adequados; sobre a expansão da UPA no interior; sobre o município de Cariacica que não consegue cumprir com sua obrigação na atenção primária; sobre a falha do Estado do Espírito Santo para que tivesse tantos óbitos por COVID-19; a questão de ampliação do serviço de saúde mental. Mansour Cadais Filho relatou que há anos a Comissão Intersetorial de Orçamento e Instrumentos de Gestão (CIOF) está com carência de assessor contábil e que a solicitação foi feita pela Secretaria Executiva à SESA, mas até o momento não foi contratada. Disse que algumas ações da Secretaria de Saúde foram interrompidas, que mesmo na pandemia não deveriam ter sido. Disse ainda está sofrendo retaliações do assessor de gabinete Paulo Roberto Alves, visto que tenta há semanas contato com o mesmo para obter repostas de documentos, mas não tem retorno. Solicitou ao Secretário de Saúde resposta sobre documentos que encaminhou ao Gabinete há meses e até o momento não obteve resposta. Nésio Fernandes de Medeiros Junior explicou que no estado privilegiou-se a expansão da oferta de leitos públicos para a ampliação do acesso, que os leitos comprados no setor privado representaram 16% do total e que o governo estabeleceu com a rede privada uma nova forma de contrato, já praticado com as entidades filantrópicas, chamado de contratualização. Assim, esclareceu o Secretário, a contratualização na prática transforma os leitos privados em leitos públicos, 100% regulados pela SESA; destacou que a estratégia utilizada no estado foi uma estratégia estatizante e valorizadora do SUS e que cumpre o que é determinado pela Lei nº 8080 e pela Constituição Federal, que o setor privado participe da política de saúde de forma complementar. Explicou que se não fosse essa complementariedade do setor privado o sistema de saúde do estado teria colapsado. Sobre o alto índice de morte no Espírito Santo por COVID-19, o Secretário de Saúde esclareceu que a pandemia tem característica muito violenta, principalmente para aqueles pacientes com certas comorbidades, e que não há tratamento específico para o COVID-19, apenas tratamento de suporte para os sintomas apresentados, dessa forma, disse que o estado procurou achatar a curva de transmissão e garantir o acesso ao atendimento aos pacientes. Disse ainda que os óbitos fora dos hospitais foram abaixo da metade da média nacional, mostrando que o estado conseguiu garantir à população o acesso aos leitos hospitalares. Disse que o indicador de qualidade de assistência hospitalar do Espírito Santo é um dos melhores do país. Com relação aos recursos de emendas parlamentares falou que também tem preocupação com a destinação das mesmas e que é preciso que os deputados tenham um critério técnico para a destinação, e isso é um desafio da instituição e da política. Disse que no ano passado teve uma conversa com a bancada federal do estado e foi acordado que os recursos das emendas parlamentares destinados à saúde seriam encaminhados para as ações da SESA. Disse ainda que muitos hospitais filantrópicos podem ter dificuldades de prestar contas devido a quantidade de recursos que irão receber por causa da pandemia, que muitos hospitais poderão ter que devolver recursos, caso não utilizem os recursos para a demanda de COVID-19. Sobre as UPA informou que nos últimos anos não houve avanço na expansão desse serviço, assim como do SAMU, e que o estado está trabalhando para uma expansão do SAMU em todo o território estadual e possivelmente esse ano será um marco na expansão da rede assistencial de saúde do Espírito Santo, com expansão da atenção primária, dos hospitais, do SAMU e destacando que isso ocorre num momento importante, em que o Brasil passa por uma crise sanitária. Destacou ainda que o governo tem estimulado que os municípios habilitem UPA porque os Prontos Socorro (PS) são arcaicos e com estrutura muito antiga. Sobre o município de Cariacica, disse que o estado não tem papel de polícia, tem o papel de orientar, estimular e mostrar o melhor caminho, e que lamenta muito quando um município não realiza uma expansão adequada de sua rede de serviços de saúde. Relatou que nesse ano houve no estado uma expansão da atenção primária. Mansour Cadais Filho questionou que suas solicitações de esclarecimentos não foram respondidas. Gabrieli Fernandes Freitas disse que respondeu a todas as questões e que a Gerência Farmacêutica continuará com o trabalho de acompanhamento e monitoramento dos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

medicamentos nos hospitais. Nécio Fernandes de Medeiros Junior disse a Mansour Cadais Filho que como o assunto por ele questionado não está na pauta, enviará os esclarecimentos à Mesa Diretora do CES. Luiz Carlos Reblin agradeceu a participação de todos no debate e passou para o próximo ponto de pauta.

Ponto 2. Relato das Comissões e Comitês Intersetoriais do CES. A conselheira Denice Silva Gonçalves relatou inicialmente sobre o Comitê de Acompanhamento dos Serviços de Residência Terapêuticas (SRT) que faz parte. Informou que há uma questão contratual a ser resolvida com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) com relação ao Instituto INVISA, além disso espera que a SESA dê uma resposta rápida para resolver a questão do contrato das SRT. Relatou, em seguida, o Plano de Trabalho da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher, da qual é coordenadora; que a Comissão é composta por conselheiras, servidoras da SESA e convidadas, e que nesse ano se reuniram quatro vezes, sendo duas reuniões presenciais e duas on-line. Destacou o ponto de pauta das reuniões realizadas: as necessidades para serem discutidas na Comissão, o consolidado da 16ª Conferência Nacional de Saúde, serviços disponibilizados pela SESA com relação à saúde da mulher. Destacou que a Comissão discute a questão da saúde da mulher desde a menina até a mulher idosa e que a gravidez na adolescência e a situação da mulher no climatério são desafios a serem discutidos nas próximas reuniões. A conselheira Maria Maruza Carlesso relatou sobre as ações da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, informou que esse ano a Comissão ficou três meses sem realizar reuniões devido a pandemia e que no mês de julho de 2020 foi realizada a primeira reunião on-line. Na reunião de julho, relatou que estiveram presentes, além dos membros da Comissão, representantes de CISTT municipais e servidores do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador Estadual, que apresentaram as ações da SESA com relação a saúde do trabalhador e da trabalhadora na pandemia e as alterações de algumas normas regulamentadoras sobre saúde do trabalhador. Disse que na reunião ordinária do CES do mês de junho desse ano foi aprovada pelo Colegiado a Recomendação elaborada pela CISTT para criação de CISTT municipais e enfatizou a necessidade de se enviar a recomendação para todos os conselhos municipais. Agradeceu a todos pela reunião, disse que foi muito tranquila e produtiva. Luís Tupinambá Bittencourt da Silva solicitou o envio dos documentos discutidos na CISTT e ata da última reunião da Comissão. Gilson Mesquita informou que realizou uma reclamação na Defensoria Pública sobre a falta de estruturas dos conselhos municipais e locais para a realização de reuniões on-line, que os municípios não ofereceram estrutura para as reuniões dos conselhos; falou também sobre a falta de atendimento materno-infantil por parte dos municípios durante a pandemia. Maria Maruza Carlesso disse sobre a importância dos sindicatos dos trabalhadores e de centrais sindicais participarem das CISTT, porque não há uma adesão desses segmentos nas Comissões. Luís Tupinambá Bittencourt da Silva disse sobre a importância do fortalecimento das Comissões do CES, sobre a dificuldade de seu funcionamento e da participação dos conselheiros nas mesmas. O Presidente agradeceu os participantes e encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada e segue assinada pelo secretário executivo do CES, Alexandre de Oliveira Fraga, e pelo presidente, Luiz Carlos Reblin.

Alexandre de Oliveira Fraga

Secretário Executivo
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Luiz Carlos Reblin

Presidente
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES